

Conferencia dos Países da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Politicos de Portugal

(EM ORGANIZAÇÃO)



Cartas de Clovis Graciano para a Conferência da Anistia em Portugal.

DELEGAÇÃO DOS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

BOLETIM N.º 5 — OUTUBRO DE 1961

Conferencia Interparlamentar Latino Americana

Sob os acordos do hino nacional chileno, inaugurou-se a 18 de Agosto, no Salão Nobre da Universidade do Chile, mais uma importante conferencia internacional que teve como única finalidade analisar a situação dos presos e exilados políticos de Espanha e Portugal e impulsionar, por todos os meios, a reclamação, já hoje universal, de "liberdade para todos os presos políticos da Península".

Os representantes legítimos dos povos latino-americanos reuniram-se em Santiago do Chile, para denunciarem, a violação dos direitos humanos na península ibérica, tomarem resoluções pertinentes e assumirem compromissos do mais alto significado para a sorte dos presos e exilados políticos espanhóis e portugueses.

A ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

A organização deste encontro de parlamentares latino-americanos esteve a cargo de um Comité integrado pelas seguintes personalidades, representativas de todos os partidos políticos do Chile:

PRESIDENTE — Senador Luis Bossay Leiva (Partido Radical).

VICE-PRESIDENTES — Senador Luis Quinteleros Trocot (Partido Socialista), Senador Baltazar Castro (Vanguardia Nacional do Povo) — Deputado Rafael A. Comucio (Partido Democrata Cristão) — Deputado Jorge Aravena (Partido Democrático Nacional) — Deputado Carlos Rosales (Partido Comunista).

SECRETARIA GERAL — Alejandro Ríos Valdivia, ex-Ministro da Educação (Partido Radical).

VOGAIS — Deputado Manuel Magalhães (Partido Radical); Deputado Clodomiro A'meyda (Partido Socialista); Deputado Alberto Jerez (Partido Democrata Cristão); Deputado Jorge Lavanderos (Partido Democrático Nacional); Deputado Juan Acevedo (Partido Comunista); Deputado Armando Halzapfel (Partido Radical).

PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA

Em representação da ARGENTINA participaram os deputados nacionais Srs. Eduardo Rosenkrantz, José Murias, Alfredo E. Camarlinghi, Attilio E. Marchini, Rosaria Domingos Diaz, Agustín Cuevas, Juan C. Espina, Néida Baigorria e os membros do Movimento Ns. Luis A. Pan'go, Albino Rey, María Teresa Baigorria e Abraham Shafetky.

Representando o Parlamento do URUGUAY,

estiveram presentes o Senador don Alfredo Lepro, os deputados Srs. Luis Hierro Gambardella (Presidente da Mesa Executiva do Movimento), Enrique Rodriguez, José Giosa, Glauco Segovia, Nelson Arredondo e os vereadores Srs. Antonio Spallo e Juan Adolfo Singer.

O Parlamento do PERU, fez-se representar oficialmente pelo Vice-Presidente do Senado, Sr. Víctor Arévalo, pelo Senador Antenor Fernández Soler e pe'o Deputado Sr. Carlos Malpica.

A VENEZUELA fez-se representar pelo Senador José Manuel Siso Martínez e o BRASIL pelos Deputados Germinal Feijó, Rocha Mendes, Santilli Sobrinho e pela secretária geral do Movimento Dra. Dolores M. Vassão.

ADESÕES E INTERVENÇÕES

Além destes participantes diretos haviam aderido e feito solenes declarações nas respectivas Câmaras, representantes de todas as correntes de opinião com mandato popular nos Parla-mentos Latino-Americanos.

Foi, portanto, a voz dos 21 povos latino-americanos que se fez ouvir quando falaram pelo Chile, os srs. Alfonso Jerquero e Senador don Luis Bossay Leiva, pelo Perú o Senador Víctor Arévalo, pelo Brasil o Deputado Germinal Feijó, pela Venezuela o Senador José Manuel Siso Martínez, pela Argentina o Deputado Eduardo Rosenkrantz e pe'o Uruguay o Deputado Luis Hierro Gambardella.

Outra voz, angustiada mas viril, ecoou no Salão Nobre da Universidade do Chile: O apelo dos presos políticos portugueses encarcerados na Fortaleza de Caxias (publicado em nossa última edição) foi lido ao plenário pelo representante do Brasil, Dr. Germinal Feijó.

O apelo dos nossos compatriotas presos em Caxias foi ouvido. A prova está nas resoluções aprovadas no ato de encerramento da Conferência Interparlamentar que teve lugar no magistoso Teatro Municipal do Chile em 20 de Agosto de 1961.

MENSAGENS E RESOLUÇÕES APROVADAS PELA CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR

Subscritas pela Mesa que presidiu à Conferência, constituída pelo Senador Luis Bossay Neiva (Chile), Deputado José Murias (Argentina), Deputado Germinal Feijó (Brasil), Deputado Luis Hierro Gambarella (Uruguay), Manuel Siso Martínez (Venezuela) e secretariada pelos Srs. Alejandro Ríos Valdivia (Chile), Deputado Eduardo Rosenkrantz (Argentina), Deputado Carlos Malpica (Perú), o Deputado Glauco Segovia (Uruguay), foram aprovadas per unanimidade as seguintes Mensagens e Resoluções:

I — OS PARLAMENTARES LATINOAMERICANOS E A ANISTIA PARA OS PRESOS E EXILADOS POLITICOS DE ESPANHA E PORTUGAL.

II — MENSAGEM À ONU DA REUNIÃO INTERPARLAMENTAR

III — MENSAGEM DA CONFERÊNCIA DE PARLAMENTARES DA AMÉRICA AOS PRESOS DE ESPANHA E PORTUGAL

IV — MENSAGEM DOS LEGISLADORES LATINOAMERICANOS À ASSEMBLEIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR MUNDIAL — Bruxelas — Bélgica.

TEXTOS

Estes são os textos na íntegra, das Mensagens e Resoluções, acima referidas, aprovadas pela Conferência Interparlamentar Latinoamericana:

OS PARLAMENTARES LATINOAMERICANOS E A ANISTIA PARA OS PRESOS E EXILADOS POLITICOS DA ESPANHA E PORTUGAL

Os parlamentares latinoamericanos, reunidos em Santiago do Chile em 18, 19 e 20 de Agosto de 1961, para analisar a situação dos presos e exilados políticos de Espanha e Portugal, consideram:

1.º — Que sendo contrário a todo o sentimento humanitário a perseguição, opiniões políticas, é inaceitável que após 22 anos de finalizada a guerra civil continuem ainda nos presidios espanhóis centenas de pessoas presas por actos que tiveram origem na guerra ou pelo simples facto de divergir do regime existente:

2.º — Que situação análoga existe em Portugal, onde há mais de um quarto de século, milhares de cidadãos estão encarcerados ou segregados da vida nacional por razão da sua actuação política contrária aos que estão no poder:

3.º — Que é violatório dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a perseguição e julgamento por tribunais especiais aplicando processos sumários próprios dos conselhos de guerra, aos cidadãos que são acusados de rebelião militar por simples manifestações de pensamento, por actuar em movimentos rei-

vindicativos da classe operária, ou só pelo facto de aspirar a que na Península Ibérica existam estados de direito;

4.º — Que é igualmente violatório dos princípios das Nações Unidas, organização da qual fazem parte Espanha e Portugal, a existência de dezenas de milhares de exilados que não podem voltar a suas pátrias por proibição expressa dos governos ou por temor a represálias de supostos delictos, que poriam em perigo sua liberdade e até a sua própria vida; e

5.º — Que é indispensável, para que Espanha e Portugal recuperem sua normalidade política, uma ampla anistia que devolva a liberdade aos presos políticos e permita a regresso a suas pátrias dos exilados de ambos os países. Em consequência a Reunião Inter-Parlamentar Latinoamericana resolve:

PRIMEIRO: — Pedir a todos os parlamentares que denunciaram nas suas respectivas Câmaras a violação dos direitos humanos em Espanha e Portugal e solicitem que os parlamentares latinoamericanos expressem ante as Nações Unidas os governos de ambos os países a necessidade de outorgar uma imediata e ampla anistia.

SEGUNDO: — Solicitar, também, aos parlamentares, que procurem obter junto dos organismos que integram — dentro das possibilidades de cada país — resoluções demandando seus respectivos poderes executivos que instruem a seus representantes nas Nações Unidas para que apresentem na Assembléa Geral a reclamação a Espanha e Portugal a fim de que cumpram os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

TERCEIRO: — Recomendar aos parlamentares que façam intervenções nas respectivas Câmaras, no momento em que se verificar, na próxima reunião da Assembléa Geral das Nações Unidas, a apresentação das resoluções acima.

QUARTO: — Solicitar da opinião pública, das entidades de trabalhadores e de todas as organizações profissionais, de empregados, culturais, estudantis, camponesas e políticas latinoamericanas que apoiem calorosamente os trabalhos de seus legisladores em defesa do alto compromisso por eles assumido de propugnar a anistia para os presos e exilados políticos de Espanha e Portugal; e

QUINTO: — Dirigir-se à Reunião Regional da União Interparlamentar, que se efectuará em Santiago do Chile em Outubro próximo, transcrevendo o presente documento.

MENSAGEM A ONU DA REUNIÃO INTER-PARLAMENTAR

Durante os dias 18, 19 e 20 de Agosto, Santiago do Chile foi a sede de uma Conferência Internacional cujo conteúdo e objectivos consideramos devem ser levados ao conhecimento da Assembléa Geral da Organização das Nações Unidas.

Nela participaram e deliberaram ampla e livremente parlamentares de diversos países latinoamericanos, pertencentes a partidos políticos de variados ideologias.

Qual foi o objecto dessas deliberações? Em primeiro lugar, analisar à luz das realidades documentadas e dos princípios jurídicos e políticos que regulam a vida da comunidade ibero-americana, a situação actual de dezenas de milhares de homens dignos que, em Espanha e Portugal, na prisão ou no desterro sofrem uma das mais pertinazes perseguições políticas de nosso século.

É natural que esse drama, que no decorrer do tempo se renova incessantemente, haja comovido e continue a comover profundamente a consciência americana. Profundos e velhos vínculos nos unem aos povos de Península Ibérica; são esses vínculos que determinaram um fraterno movimento de solidariedade continental orientado no sentido de conseguir uma ampla anistia para todos os presos e exilados políticos de Espanha e Portugal.

Na força da opinião pública radica-se um dos princípios imprescindíveis da pacífica convivência internacional. A integrar e canalizar a opinião pública dentro deste generoso movimento, empenharam seus esforços em representantes mais ilustres da intelectualidade da Espanha e Portugal e os homens que neste continente têm activa e destacada participação na vida cultural, política e social.

E o fazem tendo presente todas as circunstâncias dolorosas que marcam a longa luta dos povos ibéricos para conquistar uma forma de convivência, sem os horrores do odio e da discriminação aplicados como sistemas políticos que permitem a existência de centenas de cidadãos cumprindo longas condenações ditadas por tribunais militares, ou presos sem culpa formada, julgados por supostos delictos políticos que, mesmo sendo provados, deveriam ser de competência dos tribunais ordinários, ou como sucede na Espanha com o Decreto de 21 de Setembro de 1960, que considera com acto de rebelião militar toda a actuação cívica e facultada aos tribunais especiais castigá-los até com a pena de morte, ou como ocorre em Portugal noutro plano com decreto similar de 1.º de Março de 1956.

Todo este material de informação foi objecto de cuidadosa análise na Conferência de Parlamentares Latinoamericanos. A intervenção dos mesmos é, portanto, natural e espontânea e podemos dizer, como ponto culminante do movimento continental de solidariedade a que nos referimos anteriormente. Da mesma maneira, cremos estar cumprindo um dever chamando a atenção da Organização das Nações Unidas sobre este problema.

Nada mais lógico e mais justo que sejam os representantes dos povos americanos a exigirem dos representantes das Nações do mundo na Organização Internacional considerem o drama da Espanha e Portugal.

Não é esta a primeira vez que ressoam, no âmbito das Nações Unidas, vozes solidárias com o sofrimento daqueles homens e com a luta que no mundo se iniciou para devolver-lhes o gozo de seus direitos calçados. Há abundante documentação sobre o problema, que deixamos de mencionar para não excedermos os limites de brevidade impostos a esta mensagem. Sobram os fundamentos jurídicos e políticos para que se produza essa intervenção, que ponha fim ao longo martírio. Basta apenas invocar nesse sentido as disposições da Carta que garante o exercício dos direitos humanos no mundo, Carta que a Espanha e Portugal assinaram e direitos humanos que vêm violando.

Para que termine de uma vez esse longo e doloroso período; para que os presos políticos voltem a conhecer o gozo da liberdade; para que os exilados voltem à sua terra; para abrir um caminho de esperança na vida política dos povos da Península, é que se reuniram os parlamentares da América Latina e decidiram reclamar a devida intervenção desse Organismo Internacional, do qual fazem parte todos os seus respectivos países.

O fazem, com a fé e a convicção de que relem a compreensão e a cordura necessárias para determinar essa intervenção e de que com esta finalidade o estado actual de injustificada tolerância com esse crime contra a humanidade.

MENSAGEM DA REUNIÃO DE PARLAMENTARES DA AMÉRICA AOS PRESOS DE ESPANHA E PORTUGAL

Nós, legisladores da América Latina, reunidos em Agosto de 1961 em Santiago do Chile com a única finalidade de impulsionar por todos os meios ao nosso alcance a anistia para os presos políticos de Espanha e Portugal, dirigimo-nos em primeiro lugar a quantos padecem nos cárceres injusta prisão, para dizer-lhes, apesar da distância, que nosso coração está com eles e que não descançaremos até que resplandeça em suas vidas o sol da liberdade.

Sabei, pois, presos políticos de todas as nações da Península Ibérica, que não estais esquecidos na vossa grande angústia, que neste lado do oceano muita gente conhece a vossa tragédia e se põe em movimento para contribuir para o seu fim.

Fique claro que não actuamos movidos só por um sentimento individual. Empenhamo-nos nesta nobre tarefa como mandatários e intérpretes do profundo querer de todos os povos da América Latina, cujo sentido natural de justiça, solidariedade humana e amor à liberdade se sente ferido e ultrajado ante esse calvário colectivo que em muitos casos se prolonga por mais de vinte anos.

Unidos como estamos por indestrutíveis laços de origem, de língua, de tantos outros valores profundos, nós legisladores e os povos da América que falam espanhol e português, comprometemo-nos a pedir, no idioma de Cervantes e Camões "liberdade para todos os presos políticos de Península".

E a pedimos directamente aos governos de Madrid e Lisboa, ao mesmo tempo que nos dirigimos às Nações Unidas para que sua voz se em que se abram as portas dos calabouços, para que todos vós possais sair a caminhar pelas ruas e os exilados regressar ao solo pátrio.

Cada um dos participantes desta Reunião de Parlamentares compromete-se soenemente a apreenhete a esta nobre e inadiável demanda. Cremos que estas medidas abreviarão o momento sentar, no seio de suas respectivas Câmaras Legislativas a necessidade da aderir a esta poderosa e majoritária expressão de consciência continental que clama pela vossa liberdade. Tal objectivo será levado, também, à Conferência Interparlamentar Mundial que se celebrará em Bruxelas, em Setembro próximo, e à Reunião de Parlamentares Latinoamericanos que terá lugar nesta mesma capital do Chile, em Outubro.

Temos lido com a alma dolorida numerosas cartas enviadas por vós, presos políticos de Espanha e Portugal. Aceitai esta mensagem como resposta que, dita por boca de parlamentares da América Latina, sai do coração de 21 povos, de todas as nossas nações.

Nós, Parlamentares da América Latina, unidos a todo o povo, nos esforçaremos ao máximo de nossas forças para ajudar-vos — como pede vosso poeta encarcerado — a criar a chave que abrirá o ferrolho que vos mantém prisioneiros. A liberdade virá pela luta e esperança de todos os que amem o homem. E estamos certos de que esta luta e esta esperança triunfarão.

MENSAGEM DOS LEGISLADORES LATINO-AMERICANOS À ASSEMBLEIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR MUNDIAL — BRUXELAS — BÉLGICA

A Reunião Interparlamentar Latinoamericana pró Anistia dos Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, que se realizou em Santiago do Chile, nos dias 18, 19 e 20 de Agosto de 1961, resolve dirigir-se à Conferência Interparlamentar Mundial que se celebrará em Bruxelas no mes de Setembro, para pedir-lhe que a mesa incorpore às suas deliberações o estudo e pronunciamento sobre a necessidade de uma ampla anistia aos presos e exilados políticos da Península Ibérica.

Parlamentares de diversos países latinoamericanos e de diferentes ideologias reuniram-se em Santiago do Chile para tratar unicamente deste problema, que nos afige e nos toca mais directamente em razão dos laços históricos, da comunidade de sangue e de língua que nos unem de forma indissolúvel ao destino dos povos da Espanha e Portugal.

Animados por este mesmo espírito, nos dirigimos agora a essa Conferência Interparlamentar, que, no nosso parecer, não pode permanecer impassível ante uma tragédia que em muitos casos se prolonga já por vinte e dois anos.

Além da vocação de liberdade, nos guia também em nossa pretensão o propósito de velar pela observância dos direitos humanos, inscritos na Carta das Nações Unidas. Homens e mulheres combatentes de uma guerra civil que envolveu os espanhóis, pela razão única de pertencer ao lado perdedor, passaram virtualmente toda a vida no cárcere, destroçando, além do mais, por esse mesmo facto, quase a título de perpetuidade, e vida normal de milhares de lares espanhóis.

Legiões de peninsulares viram-se obrigados a expatriar-se sem que possam reintegrar-se no seu país de origem.

Tudo isto representa um drama contemporâneo que dura demasiado e frente ao qual a consciência do mundo, do direito e a voz do legislador não podem permanecer silenciosas por mais tempo.

Esta Reunião Interparlamentar Latinoamericana pede a seus colegas de todo o mundo reunidos em Bruxelas que apoiem e propaguem a nossa petição profundamente humana e justa, que seguramente interpreta também o pensamento de muitos parlamentares ali reunidos, e adotem nessa Assembleia uma resolução que contribua para alcançar o mais rápido possível a anistia para os presos e exilados políticos da Espanha e Portugal.

Semana Continental de Solidariedade

Em nossa última edição anunciamos a realização em Setembro da SEMANA PRÓ ANISTIA NA ESPANHA E PORTUGAL. Em virtude de crise política brasileira e de acordo com a Comissão Executiva do Conselho Ibero-Americano — entidade que dirige o Movimento em todo o Continente — foi transferida para o mes em curso, de 16 a 23, a celebração da SEMANA CONTINENTAL DE SOLIDARIEDADE AOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS DE ESPANHA E PORTUGAL.

Renovamos o apelo aos portugueses democratas, a todos os patriotas, para darem o mais entusiástico apoio aos atos comemorativos da Semana que, uma vez mais e sob formas as mais amplas e expressivas, levarão aos nossos compatriota presos e irmãos de Espanha a calorosa e activa solidariedade dos homens livres da América.

Não esqueçamos: "Essa solidariedade activa é uma forma de encorajar os que lutam no nosso País para que seja dada não só a anistia aos presos mas também a liberdade ao nosso Povo. É ainda, uma forma de preservar a vida dos que sofrem a prisão politica, dando-lhes a certeza de que não se encontram sozinhos e de que a sua causa não está perdida."

PROGRAMA E ACTIVIDADE DA SEMANA ATO DE HOMENAGEM A GARCIA LORCA

Deverá realizar-se no dia 16 de Outubro na Faculdade de Direito, Largo São Francisco, sob o patrocínio da União Brasileira de Escritores. Tomarão parte destacados intellectuais brasileiros, portugueses e espanhóis.

EXPOSIÇÃO DE ARTES PLASTICAS

Nesta exposição participarão inúmeros artistas brasileiros, de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que colaboram nesta campanha de solidariedade, e que constará de mais de cem obras representativas de todas as correntes artisticas.

Oportunamente a Comissão comunicará através dos jornais diários e por convites especiais o local onde vai ser inaugurada esta Exposição. Não obstante, podemos adiantar que, do dia 1 a 15 de Dezembro, estará aberta na Galeria Prestes Maia.

OUTRAS ACTIVIDADES COMEMORATIVAS DA SEMANA

Estão se organizando diversos atos públicos,

conferências, palestras, festivais etc. pelo menos em 20 Bairros dos mais importantes de São Paulo, destinados a divulgar esta humanitária campanha pró Anistia e reclamar dos Governos de Espanha e Portugal o respeito aos Direitos do Homem.

ATO DE ENCERRAMENTO

Sob a presidência do Embaixador Alvaro Lins e com a participação de um deputado paulista — dos que assistiram à Conferência Interparlamentar Latino Americana Pró Anistia — assim como de um representante de cada uma das coletividades portuguesa e espanhola, que apresentarão um relatório sobre a situação dos presos políticos e os desumanos métodos repressivos, realizar-se-á no dia 23, pelas 20 horas, no Palácio Mauá (Viaduto Dona Paulina, 80), o ato de encerramento da Semana.

SELO COMEMORATIVO

A Comissão Coordenadora editou um selo comemorativo que está sendo amplamente difundido e cuja venda reverterá em favor do Movimento e como ajuda aos presos políticos de Espanha e Portugal e suas familias.

NO RIO DE JANEIRO E PORTO ALEGRE

As Comissões Pró Anistia daquelas cidades estão programando toda uma série de actividades que serão realizadas durante a Semana Continental, cujos objectivos humanos e fraternais despertaram o interesse entusiasta da opinião pública carioca e rio-grandense.

Um exemplo

Infatigável na luta contra o fascismo salazarista sob todas as formas de que elle se revista, e vigilante, sempre, para desmascará-lo e apontá-lo à opinião pública do país o "Comité Pro Democracy in Portugal", de New Jersey, EUA, está, também, na vanguarda do movimento de solidariedade aquêles que, em Portugal, dão tudo, até a própria vida, para derrubar o hediondo regime fascista que há mais de trinta anos, massacra o Povo de Portugal.

Registramos, com profunda gratidão, mais uma prova de solidariedade que acaba de ser dada por esse grupo de democratas de New Jersey, aos nossos irmãos de luta, nos carcerees e campos de concentração, enviando-nos DEZ DOLARES como contribuição para as despesas indispensáveis à realização, ainda este ano possivelmente, de uma Conferência do Europa Occidental a favor de uma Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal.

Pedimos ao digno Secretário Geral desse Comité, sr. Eduardo Covas, o favor de transmitir a todos a nossa gratidão.

Justiça Salazarista

TRIBUNAL PLENARIO DE LISBOA

Sob a presidência do sr. desembargador Silva Caldeira, reuniu-se em Maio último, o Plenário Criminal da Boa Hora, para julgar os srs. António Joaquim Gervásio, de 33 anos, trabalhador, natural da freguesia de S. Mateus (Montemor-o-Novo) e Joaquim Augusto dos Santos, de 26, jornalista, do lugar do Couce (Coruche) acusados de terem desenvolvido actividades subversivas.

Após o interrogatório do primeiro, pois o segundo respondeu à revelia, depuseram as testemunhas de acusação e de defesa. O patrono dos incriminados, sr. dr. António de Sousa, apresentou uma série de circunstâncias que o tribunal considerou em parte. Assim, o primeiro foi condenado em 3 anos e meio de prisão maior, perda de direitos políticos por 15 anos, mil escudos de imposto de justiça e medidas de segurança de seis meses a três anos. O segundo foi absolvido.

—oOo—

Sob a presidência, como habitualmente, do desembargador dr. Silva Caldeira, reuniu-se no mes de Julho findo, o Plenário Criminal da Boa Hora para julgar a sra. D. Maria Albertina Ferreira Diogo, de 29 anos, natural do Porto, a qual, segundo o processo, desde 1955, deixando a profissão de corticeira, passou a viver na clandestinidade, atuando num partido à margem da lei, recebendo e distribuindo impressos d'este.

O despacho de pronúncia afirmava ainda que a incriminada, para manter a clandestinidade, usava o falso nome de Maria da Conceição Costa Ramos para efeito de aluguer das casas onde residia. Para a assinatura dos contratos de arrendamento, dirigiu-se ao 1.º Cartório Notarial de Lisboa, onde abriu sinal com aquêlles nome. Na audiência depuseram dois declarantes, seis testemunhas de acusação e oito de defesa. O seu patrono era o dr. Arlindo Vicente. O Colectivo condenou a sra. D. Maria Albertina Ferreira Diogo em 2 anos e 8 meses de prisão maior, perda de direitos políticos por quinze anos, medidas de segurança de seis meses a três anos, prorrogáveis, e no pagamento de 1.000\$00 de imposto de justiça.

TRIBUNAL PLENARIO DO PORTO

PORTO, — Como noticiámos, realizou-se no mes de Julho último no Tribunal Plenário do Porto, o julgamento do sr. Francisco António Pinheiro, de 30 anos, solteiro, sapateiro, residente em Vale das Fontes, em Vinhais.

Presidiu o desembargador dr. Júlio Coelho, constituindo o tribunal mais os srs. corregedores drs. Mário Valente Leal e Azevedo Soares, representando o procurador da República o sr. dr. Abel de Campos.

Na defesa, o sr. dr. Constante Pereira.

Inquirido o acusado e lidas as declarações das testemunhas depoentes, que aquêlle afirmou tratar-se de pessoas suas "inimigas" e não havendo outras para depor, foi lida a sentença, que condenou o sr. Francisco António Pinheiro a dois meses de prisão, igual tempo de multa a 10 esc. por dia, 500 escudos de imposto de justiça e perda de direitos políticos por cinco anos.

Foi tomado em conta o tempo de prisão sofrido.

—oOo—

DETIDOS EM ANGOLA QUATRO MISSIONARIOS DA IGREJA METODISTA

NOVA IORQUE, 9 (Ansa) — O escritorio central das missões metodistas com sede em Nova Iorque, informou que quatro missionários foram detidos em Angola pela policia portuguesa. Não se sabe quais as acusações movidas contra os missionários, mas como se recorda, o governo português foi recentemente criticado pelos protestantes, por sua politica de repressão em Angola.

—oOo—

PRESO EM LISBOA UM LIDER DA OPOSIÇÃO AO REGIME DE SALAZAR

LISBOA, Setembro. — Ramos da Costa, conhecido economista e membro da opposição, foi detido em Lisboa. Ramos da Costa é um dos 60 signatários do "Programa Para a Democratização da República". Inúmeras outras pessoas que aprovaram o programa foram interrogada pela policia e em seguida postos em liberdade. Entretanto, ainda continuam detidos os advogados Gouveia, Eduardo Figueiredo, Mario Soares, Abrão Ferrião, Homem de Figueiredo e Pieteira dos Santos.

Este boletim, separado do numero de outubro de PORTUGAL DEMOCRÁTICO é uma iniciativa do "Centro Republicano Português", do "Comitê dos Intelectuais pró Liberdade de Expressão em Portugal" e dêste jornal.

exposição de artes plásticas

GALERIA PRESTES MAIA - 1 A 15 DE SETEMBRO

SEMANA CONTINENTAL
DE SOLIDARIEDADE
AOS PRESOS POLÍTICOS IBÉRICOS



Esta exposição será realizada de 1 a 15 de dezembro